

**Sociologia Geral (41100)**  
**Orientações para o estudo**  
**Tema 5. A dimensão organizacional das sociedades**

Para além das dimensões normativa e simbólica, qualquer sociedade é também composta por uma dimensão organizacional, sem a qual o desenvolvimento seria impossível e a própria sobrevivência dos indivíduos seria permanentemente ameaçada.

Se os antropólogos têm mostrado que inclusive as pequenas comunidades tribais têm sistemas organizacionais complexos, a sociologia centrou-se, desde a sua fundação, no estudo das formas organizacionais que compõem as sociedades modernas e na sua contínua transformação ao longo do tempo.

Retomando os autores clássicos abordados no tema 1 desta unidade curricular, vale a pena recordar as teorias pioneiras sobre a divisão do trabalho social (Durkheim), os mecanismos de apropriação, exploração e alienação (Marx) ou os tipos de poder, dominação e *status* (Weber). A primeira foi aprofundada, em particular, no âmbito do “paradigma funcionalista” que chegou a dominar a Sociologia, nos anos 1950 e 1960, a partir da premissa de que os indivíduos (e instituições) são recompensados ao especializar-se em funções fundamentais para a estabilidade e o crescimento das sociedades. A segunda e a terceira tornaram-se referências centrais nas profícuas linhas de investigação sociológica que têm vindo a analisar as questões do poder, do conflito, das classes e da exclusão social.

Sendo um conceito tantas vezes enunciado, tanto na nossa vida quotidiana como na Sociologia, não é fácil definir o poder. Em termos sociológicos, podemos dizer que o *poder* é a capacidade de um indivíduo ou de um grupo para impor a sua vontade, influenciando (e condicionando) os outros. Assim sendo, por exemplo, certos indivíduos podem decidir um dia, por sua vontade, que muitos outros indivíduos serão despedidos ou que participarão numa guerra, o que obviamente condiciona em grande medida as suas vidas. Mas o poder também pode ser visto a um nível mais quotidiano, por exemplo, em contextos familiares: um pai pode decidir se financia os estudos do filho ou se o proíbe de sair à noite com os amigos, decisões essas que vão ter consequências importantes (ainda que imprevisíveis) na sua vida.

Por seu lado, a *autoridade* é a dimensão do poder que é aceite numa determinada comunidade ou sociedade. Ou seja, a autoridade é o *poder legítimo*. Assim, por exemplo, se numa comunidade todas as pessoas aceitam que os mais velhos

devem ter poder sobre os mais novos, pois têm mais sabedoria, então dizemos que lhes é reconhecida autoridade. Porém, nem sempre o poder é acompanhado por autoridade. É o caso de um mau professor, por exemplo, que pode expulsar ou reprovar certos alunos, mas a quem a comunidade não reconhece os conhecimentos e os valores associados ao papel de professor. Nestes casos, é muito provável que surjam conflitos, exigindo a intervenção de indivíduos com mais poder e que podem legitimar o poder do professor ou, em alternativa, podem substituí-lo por outro.

Por fim, o conceito de *violência* diz respeito a ações que provocam danos significativos noutros indivíduos ou grupos. O caso mais conhecido é o das ações que provocam mazelas físicas e podem, inclusive, atentar contra a saúde e a vida dos indivíduos e dos grupos (violência física), mas fala-se hoje muito também de ações que podem danificar o modo como os indivíduos se concebem a si próprios e ao mundo que os rodeia, obrigando-os a agir contra a sua vontade (violência psicológica), assim como de ações que danificam os valores, os papéis e os saberes de certos grupos e comunidades (violência simbólica). Fala-se frequentemente de outros tipos de violência, mas que tendem a englobar ou a ser variantes destes três. Por exemplo, a violência sexual é uma das formas mais brutais de violência, colocando frequentemente em causa a integridade física, psicológica e simbólica das vítimas.<sup>1</sup>

De referir que o poder é algo sempre *relacional*. Ou seja, o poder não é uma propriedade de certos indivíduos ou grupos, mas sim uma construção, inscrita nas relações entre os indivíduos e que, portanto, vai mudando ao longo do tempo. Por exemplo, a escravatura, uma das mais perversas e brutais formas de dominação entre seres humanos, era algo muito comum no século XVI e XVII, protegida pelas leis e pelas tradições, estando hoje abolida, em todo o mundo. Contudo, outras formas de poder e de violência têm-se recentemente alargado.

Nas sociedades modernas, o poder tende a ser também *multidimensional*, o que significa que o poder que tem uma pessoa (ou grupo) pode ser abundante em certas áreas da vida social e escasso noutras. Se é verdade que o dinheiro constitui uma fonte de poder difusa, ao permitir adquirir produtos e serviços cada vez mais diversos, também é certo que, por exemplo, o prestígio (ou *estatuto social*) ou o poder democrático resultam de outros mecanismos. Pierre Bourdieu desdobrou estas dimensões em diversos campos, com capitais próprios, podendo um pianista virtuoso,

---

<sup>1</sup> Veja-se, a este propósito: Weber, M. [1922] (2005). Três tipos de poder e outros escritos. Lisboa: Tribuna da História.

por exemplo, ter muito poder no campo das artes, mas ser uma pessoa com modestos recursos económicos e considerada até marginal, no bairro em que habita.<sup>2</sup>

Vários sociólogos têm, contudo, alertado para o facto de, ao nível da cúpula (a elite), existir uma relativa concentração destas várias formas de poder, nos mesmos indivíduos e famílias, fenómeno cuja intensidade também varia consoante as sociedades e os tempos históricos. Wright Mills, por exemplo, demonstrou como em meados do século XX, nos Estados Unidos, o poder político, económico, cultural e militar, supostamente separados, na verdade, estavam concentrados num grupo restrito de indivíduos, unidos por densos laços de parentesco e amizade, assim como pela partilha de um mesmo estilo de vida e pelo encontro frequente em certos lugares e eventos.<sup>3</sup>

A existência de desigualdades nas sociedades é evidente e não se tem vindo a esbater ao longo das últimas décadas, constituindo uma área fundamental de estudo e de intervenção dos sociólogos. Mas o que são desigualdades? São diferenças de poder entre pessoas e entre grupos, materializadas em quantidades distintas de recursos, privilégios e oportunidades. O sueco Goran Therborn assinala que há três grandes tipos de desigualdades: as *vitais*, que têm a ver com a “esperança de vida” dos indivíduos, as possibilidades contrair doenças e de ter cuidados de saúde, etc.; as *existenciais*, que têm a ver com a liberdade e o respeito pelos indivíduos, incluindo questões como a segregação, a discriminação e a exclusão; as *de recursos*, que têm a ver com as diferenças nas condições de vida e nos rendimentos (recursos materiais), mas também no estatuto social e nas habilitações (recursos simbólicos).<sup>4</sup>

Como explicar as desigualdades? As desigualdades sociais resultam de processos de dominação e apropriação, isto é, certos indivíduos e grupos apropriam-se de bens e recursos, utilizando-os para ir expandindo a sua riqueza. Essa apropriação tem duas modalidades fundamentais:

---

<sup>2</sup> Bourdieu, P. (1979, 2010). *A Distinção: Uma Crítica Social da Faculdade de Juízo*. Lisboa: Edições 70.

<sup>3</sup> Para uma abordagem sobre a sociedade portuguesa contemporânea, veja-se Louçã, F., Teixeira Lopes, J. M., e Costa, J. (2014), *Os Burgueses: Quem São, Como Vivem, Como Mandam*. Lisboa: Bertrand Editora

<sup>4</sup> Veja-se, a este propósito: Therborn, G. (2006). Meaning, mechanisms, patterns and forces: a introduction. In *Inequalities of the World: New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*. Londres: Verso. Para um artigo em português e disponível online: Costa, A. F. (2012). Desigualdades globais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, 9-32.

- a *exploração*, em que alguns indivíduos detêm os meios de produção e exploram o trabalho de outros, como estudou Karl Marx;
- o *fechamento de oportunidades*, através do qual certos indivíduos excluem outros do benefício de recursos fundamentais (por exemplo, limitando o acesso à educação, saúde, transporte, etc.), como estudou Max Weber.

Em traços largos, podemos dizer que, num mercado capitalista, ambos os processos ocorrem, com frequência, uma vez que a falta de propriedade conduz ao trabalho assalariado, enquanto a escassez de dinheiro conduz a que o acesso a certos bens e serviços seja incomportável, para as populações mais carenciadas. Porém, devemos também aqui ter em consideração os processos de *redistribuição*, ou seja, a capacidade, sobretudo do setor público, mas também da sociedade civil, seja para criar equipamentos e serviços públicos, acessíveis de toda a população, seja para apoiar as populações mais carenciadas.

É importante dizer que as desigualdades tendem a ser cumulativas: isto é, quem tem mais dinheiro tem mais oportunidades de educação e de saúde, logo as suas possibilidades de ter um bom emprego e aumentar a sua riqueza são maiores. Outra acumulação é através dos casamentos, visto que é comum que as pessoas ricas se casem entre si, o que reforça também a concentração da riqueza. Uma terceira, mais comum em certos países do que noutros, é precisamente o facto de as pessoas mais ricas controlarem o aparelho do Estado e, desta forma, reservarem para si uma parte dos recursos públicos que seriam para apoiar as populações mais desfavorecidas.

Quando pensamos nas causas das desigualdades, podemos ver que uma parte resulta da ação direta dos indivíduos que, através da sua inteligência, do seu trabalho, das suas redes de amizade e inclusive da sorte, podem apropriar-se de maiores ou menores recursos e podem geri-los bem (acumulando e investindo) ou mal (desperdiçando-os). Porém, outra parte importante não tem a ver com a ação do indivíduo, isoladamente, mas com a posição do indivíduo na sociedade. Ou seja, um operário e um médico têm salários diferentes, um empresário pode explorar (mais ou menos) os seus trabalhadores, um jovem pode ingressar numa escola privada ou ter explicações que o apoiam nos estudos se a sua família tiver mais recursos.

O conceito sociológico que procura dar conta destas diferenças é o de *classe social*, tendo-se formado uma linha importante de investigação sobre este tema. Karl Marx mostrou que, no século XIX, os antigos estratos (povo, nobreza, clero) se dissolviam e emergiam sociedades capitalistas caracterizadas pelo conflito entre duas grandes classes de interesses antagónicos: a burguesia, formada pelos proprietários e dirigentes; o proletariado, constituído por todos os assalariados. A primeira mantinha

o poder e a riqueza através da exploração da segunda, pagando-lhe muito menos do que a riqueza que produziam e, logo, extraíndo uma considerável *mais valia*.

Esta teoria teve uma enorme influência, em todo o mundo, durante o século XX, inspirando muitos movimentos populares e revolucionários e, em muitos países, dando origem a sociedades socialistas, em que o Estado passou a controlar os meios de produção, tomando em suas mãos toda a economia do país. Contudo, o enfoque em apenas duas classes tem sido, frequentemente, considerado redutor para dar conta da complexidade das sociedades modernas.<sup>5</sup> Além disso, Marx não atribuiu a devida importância à possibilidade – estimulada pelo crescimento económico e pelo estado-providência – de os indivíduos transitarem de uma classe para a outra, ao longo da sua vida (*mobilidade social*), o que frequentemente conduz os indivíduos a abdicar dos seus interesses de classe, em favor de estratégias de valorização individuais (ou familiares).

Os primeiros estudos sobre mobilidade social mostravam que essa possibilidade crescia, à medida que as sociedades se industrializavam. Porém, os estudos mais recentes não são tão otimistas. Em resultado das crises económicas e de políticas neoliberais (centradas na desregulação do trabalho e no desmantelamento do estado-providência), os níveis de mobilidade social estagnaram e, em alguns países (como a Rússia), até regrediram. É certo que no sudoeste asiático, a industrialização parece ter gerado maior mobilidade social, ainda que fortemente regulada pelo Estado. Contudo, em África e na América Latina, a industrialização recente e o conseqüente crescimento económico foram concomitantes com um aumento das desigualdades e da *reprodução social*, entendida como a transmissão de pais para filhos da mesma condição.<sup>6</sup>

De referir que os estudos sobre as desigualdades abrangem hoje várias outras questões, tais como as assimetrias de género, territoriais e étnico-raciais. Cada uma destas dimensões possui especificidades próprias, em cada sociedade e tempo

---

<sup>5</sup> Em alguns trabalhos, Marx fala igualmente noutras classes sociais, mas não lhes atribui um papel histórico relevante e considera que, com o desenvolvimento do sistema capitalista, estas desaparecerão.

<sup>6</sup> Este é um tema complexo de estudo, não apenas pela dificuldade de encontrar em muitos países dados que sejam fiáveis, diacrónicos e comparáveis, mas também porque existe alguma discussão sobre em que condições se pode falar de efetiva mobilidade social. Em todo o caso, pode-se encontrar uma boa discussão acerca dos avanços em diferentes regiões em: Buchmann, C., & Hannun, E, (2001). Education and stratification in developing countries: A review of theories and research. *Annual Review of Sociology*, 27, pp. 77-102.

histórico, existindo uma interação permanente entre estes diferentes fatores de desigualdade (*interseccionalidade*).<sup>7</sup>

O artigo de Elísio Estanque e de Hermes Costa<sup>8</sup> apresenta uma reflexão sobre o modo como as transformações na esfera do trabalho têm reconfigurado as classes e desigualdades sociais, com um enfoque no caso português e, em particular, no crescimento da *precariedade*. Desta forma, ajuda-nos a aprofundar o conhecimento sobre as estruturas de poder e dominação que organizam a vida em sociedade e (re)produzem as desigualdades no mundo.

---

A leitura deste texto não substitui o estudo da bibliografia obrigatória desta unidade curricular. Para proceder ao estudo deste ponto do programa desta unidade curricular, deverá ler o texto disponibilizado na sala de aula virtual, cujas referências bibliográficas se encontra de seguida:

Estanque, E., & Costa, H. A. (2018). Trabalho e desigualdades no século XXI: velhas e novas linhas de análise. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º especial, 261-290.

Como atividade formativa (não avaliada), resuma o texto indicado e discuta-o, colocando dúvidas ou comentários no fórum apropriado na sala de aula virtual. Procure responder às seguintes questões:

- Como a abordagem de E. Estanque e H. Costa parte de (e atualiza) ensinamentos dos “clássicos” da Sociologia?
- Quais os mecanismos centrais de organização da sociedade portuguesa atual que o texto identifica e analisa?
- Como o texto nos permite compreender melhor as desigualdades sociais que existem nas sociedades contemporâneas?

---

<sup>7</sup> Existem muitos relatórios e artigos que focam estes diferentes fatores de desigualdade. Para referências em português e disponíveis *online*, veja-se: Torres, A. *et al.* (2004). *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*. Lisboa: CITE; Kajibamba, V. (2010). Culturas étnicas e cultura nacional: uma reflexão sociológica sobre o caso angolano. *Revista Angolana de Sociologia*, 5-6, 97-105; Machado, F. L. (1994). Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, 111-134.

<sup>8</sup> Estanque, E., & Costa, H. A. (2018). Trabalho e desigualdades no século XXI: velhas e novas linhas de análise. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º especial, 261-290.

Este documento foi preparado por Pedro Abrantes como apoio ao estudo dos/as estudantes do ano lectivo 2022/2023 da unidade curricular Sociologia Geral (41100) da Universidade Aberta.



Licença Creative Commons 4.0 Internacional